

Sistema de avanços progressivos: a política educacional dos anos 70/80 em Santa Catarina *

Zenir Maria Koch **

A política educacional do Sistema de Avanços Progressivos¹, implantada em Santa Catarina no início dos anos 70, suscita, por um lado, o levantamento de questões sobre a tentativa de resolver a problemática do fracasso da escola pública através da não reprovação escolar e, por outro, avança em discussões capazes de abrir caminhos para o redimensionamento de todo o processo educativo, redefinindo conteúdos escolares, métodos, técnicas, estratégias, ou seja, provocando na escola mudanças significativas, sob o signo da transformação social.

Hoje, quando vivemos um momento político caracterizado como processo de consolidação da democracia, marcado pela participação social e pelo fortalecimento das organizações da sociedade, consideramos extremamente importante trazer à discussão a experiência catarinense, tendo em vista que outras experiências semelhantes têm sido desenvolvidas, mais recentemente, com intuito, também, de democratizar o Ensino Fundamental².

A alta seletividade escolar nos anos 60 era o forte argumento para reformar a educação catarinense. A idéia de democratizá-la surge no final desta década, em pleno regime dos governos autoritários, exatamente num momento político em que a expansão do ensino era vista como fator de desenvolvimento econômico³.

Assim, antecipando-se à Lei nº 5.692/71, processava-se em Santa Catarina, em 1970, sob a influência do ideário da ajuda externa, sustentada pelo regime militar, uma reforma educacional estendendo a

* Artigo elaborado com base na sua Dissertação de Mestrado "Uma leitura da questão do fracasso na escola pública catarinense", defendida em 1989 no CED/UFSC.

** Professora colaboradora do Centro de Ciências da Educação FAED/UFSC – Universidade do Estado de Santa Catarina.

28 • Zenir Maria Koch

obrigatoriedade escolar de 4 para 8 anos. Aliada à mudança do sistema de avaliação, a reforma visava atender à política econômica traçada no Plano de Governo Ivo Silveira – 1966/1970 (Cf. Koch, 1989).

Pretendemos, portanto, discutir essa política educacional que vigorou de 1970 a 1985⁴, tendo por base os resultados obtidos em Santa Catarina, onde, em outro momento político/econômico, fez-se uso da estratégia pedagógica do avanço progressivo, que aboliu a reprovação escolar e institucionalizou a promoção automática em oito ciclos ininterruptos.

A proposta de educação democrática em Santa Catarina

Através de um novo processo de avaliação, que visava promover o aluno progressivamente, o Sistema de Avanços Progressivos tinha por função eliminar a reprovação, considerada como obstáculo à produtividade do sistema escolar.

Justamente por este caráter inovador, a reforma educacional catarinense causou grande repercussão no cenário nacional, uma vez que os elevados índices de repetência na escola primária brasileira constituíam-se fatores impeditivos da democratização. Os índices ainda são assustadores e contribuem grandemente para a expulsão da criança da escola.

“Em média, o brasileiro tem hoje três anos de escolaridade básica; em certas regiões do País, como no Nordeste, aumentou o número de analfabetos dos 7 aos 14 anos, faixa de idade em que a Constituição Nacional determina a obrigatoriedade da escolarização” (Cf. Barreto & Alves, 1987:14).

Apesar das mudanças introduzidas no ensino, nos anos 70, o sistema educacional brasileiro não teve a capacidade de reter o alunado na escola, prenúncio do inegável fracasso das políticas sociais e econômicas do regime militar, que resultaram na produção de milhões de jovens analfabetos. Em 1970, em pleno milagre econômico, 24,3% dos jovens na faixa de 14 anos não sabiam ler e escrever; em 1980, o índice baixou apenas 5%. Na faixa de 7 a 14 anos, o decréscimo do número de analfabetos foi cerca de 7%. Atualmente, existem no Brasil cerca de 20 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais e 30 milhões de pessoas que não compreendem o que lêem (Cf. Hadad, 1993).

Sistema de avanços progressivos: a política educacional... • 29

Mesmo após a duplicação da obrigatoriedade escolar, o Estado não conseguiu atender à demanda efetiva pela escolarização básica: o atendimento nos quatro primeiros anos baixou de 66,3% em 1970, para 65,5% em 1980 (Cf. Cunha, 1985:56). Nos oito anos de escolaridade, a taxa de atendimento na faixa era, em 1980, de apenas 67%, a de evasão era de 34%, e a de reprovação atingia cerca de 50% na 1ª série. Nos últimos anos, a taxa de escolarização geral do ensino fundamental esteve em torno de 80%, mas os dados do MEC indicavam que 70% dos estudantes das escolas públicas repetem de ano. A evasão nas oito séries chega a 61%; e de cada 100 alunos matriculados, apenas 39 concluem o ensino fundamental.

Os dados acima apontam a existência de, no mínimo, um terço da população em idade escolar fora da escola.

A questão da universalização do ensino no Estado de Santa Catarina não apresenta características muito diferentes daquelas que constatamos a nível nacional. No entanto, temos especificidades que precisam ser apontadas e estudadas, notadamente no período de reforma do ensino de 1º grau (1970-1985), marcado pela política de avaliação por avanços progressivos.

Para os idealizadores da reforma do ensino catarinense, com a adoção deste sistema de avaliação tornar-se-ia possível a democratização das oportunidades, pois, além de suprimir a repetência, ele atuaria positivamente sobre a baixa escolaridade que atingiu o ensino no final dos anos 60.

Em 1969, a repetência nas quatro primeiras séries era de 23,4% e a perda de alunos, num fluxo de quatro anos (1966/1969), era de 53,8% (Cf. Santa Catarina, 1975:196-99). A perda de alunos do primeiro para o oitavo ano de escolaridade (1962-1969) estava em torno de 93%. Num fluxo de oito anos, de 177.375 alunos ingressantes na 1ª série, apenas 7,7% chegava até a 8ª série.

Santa Catarina
Ensino de 1º grau
Retenção (%) de alunos por série na coorte 1962/1969

Série \ Ano	1ª/2ª	2ª/3ª	3ª/4ª	4ª/5ª	5ª/6ª	6ª/7ª	7ª/8ª
1962/1969	49,3	37,4	27,2	22,4	10,6	9,0	7,7

Fonte: SEC/DIRP/GEINF

30 • Zenir Maria Koch

Essa situação era bastante constrangedora para um Estado que outrora já fora destaque nacional, pelos altos índices de disseminação do ensino primário e pelos resultados escolares de expressiva qualidade (Cf. Fiori, 1980).

A fase dos anos 60, considerada de grande impulso para a economia nacional, foi marcada, em Santa Catarina, por grandes transformações sócio-econômicas. Em decorrência, a educação é vista como investimento para atingir o progresso industrial. Daí a importância em expandir o ensino para atender às exigências do sistema produtivo.

Na década de 60, com a implantação de grandes complexos industriais de procedência estrangeira, processam-se alterações nas relações de produção com profundas repercussões sociais, no campo e na cidade. Fazendo parte do modelo de acumulação nacional, acentuou-se, então, em âmbito estadual, a dependência externa, a concentração da economia e o processo de urbanização.

O processo de urbanização foi fortemente estimulado pelo chamado desenvolvimento do capitalismo no campo que, ao introduzir as modernas técnicas de produção, em substituição às artesanais, veio provocar, ao lado do progresso técnico, a redução da ocupação da mão-de-obra rural. Com isso, foi desaparecendo, gradativamente, a pequena propriedade agrícola e surgindo a figura do proletariado rural, fazendo aumentar a alternância de empregos e os deslocamentos populacionais entre o meio rural e o urbano.

Conseqüentemente, os fluxos migratórios foram se intensificando. Até então, a população catarinense era predominantemente rural. Em 1940, 78,4% residiam no campo; em 1950, 76,8%, em 1960, 67,7%. A partir da década de 60, acelera-se gradativamente, o processo de urbanização e a população urbana passa a suplantar a rural, nos anos 70-80, em aproximadamente 60%.

Santa Catarina

Evolução da população urbana e rural (%), segundo os anos 1940/1980

População	1940	1950	1960	1970	1980
Urbana	21,5	23,2	32,3	42,9	59,4
Rural	78,4	76,8	67,7	57,1	40,6

Fonte: SANTA CATARINA. Secretaria da Educação. **Diagnóstico da realidade de Santa Catarina**. Florianópolis, 1984, p. 47.

Sistema de avanços progressivos: a política educacional... • 31

Em 1980, a migração no Estado atinge o elevado índice de 117,9%, contra 25,03% da taxa de crescimento geral da população.

Santa Catarina

População total do Estado e migrantes, segundo os anos 1970/1980

Ano	População	Cresc. (%)	Migrantes	Cresc. (%)
1970	2.901,734	-	324,758	-
1980	3.627.933	25,03	707,750	117,9

Fonte: SANTA CATARINA. Secretaria da Educação. **Diagnóstico da realidade educacional de Santa Catarina**. Florianópolis, 1984, p.47.

Se, por um lado, o crescimento industrial e a urbanização trouxeram problemas de ordem social, por outro, vieram favorecer a expansão do setor terciário, na parte relacionada com os serviços de comércio, intermediários financeiros, de energia, de transporte, de comunicação e de administração pública.

Também na área educacional os efeitos foram imediatos, uma vez que a expansão da escolaridade mínima constituiu-se em requisito fundamental para o exercício das atividades produtivas no meio urbano.

Atentando para essas necessidades, o governo Ivo Silveira, ao elaborar o seu plano de metas fixado para os anos de 1966/1970, incluiu a educação, recomendando que fosse totalmente ampliada e reformulada, para atender às particularidades e às perspectivas da economia catarinense. Assim, tratando de tornar a política educacional coerente com a política econômica, Santa Catarina, antecipando-se às orientações do governo federal, lançou, em 1969, o I Plano Estadual de Educação – PEE – 1969/1980, que tentava promover uma reforma radical na educação catarinense.

As principais mudanças introduzidas por este Plano no sistema tradicional de ensino constituíam-se na já citada adoção do Sistema de Avaliação por Avanços Progressivos e na extensão da obrigatoriedade escolar de 4 para 8 anos, com a fusão dos Cursos Primário e Ginásial em um só Curso Básico de 8 anos contínuos.

Aliada à mudança do sistema de avaliação, a medida da extensão da escolaridade mínima para 8 anos – posição posteriormente adotada para todo o Brasil, pela Lei nº 5.692/71 – visava possibilitar o aprimoramento da força de trabalho reclamada pela industrialização. Processa-

32 • Zenir Maria Koch

va-se, assim, uma reforma educacional para atender à política econômica traçada. Neste sentido, o Plano, concebendo-a como fator determinante do processo de desenvolvimento e mudança, estabelecia que a educação deveria objetivar:

- a formação da mão-de-obra qualificada, necessária ao sistema produtivo;
- a elevação da renda individual e a conseqüente aquisição de novos hábitos de consumo;
- o estabelecimento de novos padrões de mobilidade social;
- o fornecimento de valores novos, modificadores da visão do mundo tradicional;
- o estabelecimento das condições necessárias à participação particular nos mecanismos institucionais referentes às decisões da sociedade global (Santa Catarina, 1969:3).

A seguir, tentaremos aprofundar essa discussão, buscando, nos dados empíricos e teóricos, entender melhor o que significou e o que representou o Sistema de Avaliação por Avanços Progressivos na escola pública catarinense.

O sentido político da avaliação por avanços progressivos

Concebida como uma prática pedagógica capaz de elevar a produtividade no ensino, o Sistema de Avaliação por Avanços Progressivos seria, para os seus defensores, a medida mais racional para reduzir os gastos sociais da educação. Afirmava-se no Plano Estadual de Educação – 1969/1980 que, “diante da crescente necessidade de democratização do ensino e da continuidade da escolarização, o processo de avaliação envolve um aspecto econômico-social. Em nosso Estado (...) não se pode permitir que este investimento seja reduzido ainda mais: um aluno reprovado significa o dobro do gasto” (Santa Catarina, 1969:64).

O sentido político da implantação do Sistema de Avaliação por Avanços Progressivos, portanto, estava não só no seu caráter pedagógico de supressão da reprovação escolar como medida democratizante, mas sobretudo, relacionado com a contenção de gastos. Havia o interesse do Estado em promover uma política educacional que permitisse a passagem mais rápida do aluno pela escola, forçando a abertura de vagas e o seu barateamento.

Sistema de avanços progressivos: a política educacional... • 33

Como estratégia pedagógica, ao Sistema de Avanços Progressivos caberia o papel de proporcionar, através da recuperação de estudos, a assistência ao aluno com problemas de aprendizagem, para garantir-lhe a promoção; conseqüentemente, como estratégia política, este sistema funcionaria para elevar a produtividade da escola, como uma condição para se atingir a democratização quantitativa do ensino.

“O SAP, fundamentado na alardeada valorização pessoal e progressiva do aluno – orgulhosa expressão de nossa capacidade de ascensão à modernidade pedagógica – tinha na prática a missão de resolver os problemas da evasão e repetência escolares sem pressionar financeiramente o Estado (havia outras áreas prioritárias para o investimento do dinheiro público, todas aquelas destinadas à capitalização da riqueza privada); ao mesmo tempo em que comprometia esse mesmo Estado com a democratização das oportunidades educacionais” (Auras, 1991:340).

Nesse aspecto, o governo catarinense obteve, com a política de avanços progressivos, resposta altamente positiva. Liberando a escola do ônus da repetência, a medida veio acelerar o fluxo de saída dos alunos e o Estado teve, de imediato, o seu quadro de ofertas de vagas ampliado. Com isso, houve maior oportunização de ensino básico à população catarinense, mas com graves repercussões na sua qualidade, no decorrer dos anos 70/80.

Para melhor situar o significado do Sistema de Avaliação por Avanços Progressivos no contexto educacional catarinense, vale lembrar que, em 1970, época histórica da sua implantação, o déficit de atendimento atingia 125.050 crianças não escolarizadas. Quinze anos após, o sistema educacional teve o atendimento alargado, mas o seu déficit foi praticamente duplicado (Cf. Dados SE-SC/UNDI/SUDOD).

Sabe-se que logo nos primeiros anos da reforma (1971-1973), o acesso e a permanência do aluno elevou-se de modo geral nas classes de 1ª à 8ª séries, atingindo a escolarização, em 1973, índice superior a 90%. Em contrapartida, nos anos seguintes, 1974/1985, houve oscilações no crescimento da matrícula e conseqüentes quedas nos índices de atendimento, como indica o quadro a seguir.

Santa Catarina

Taxa de escolarização na faixa etária de 7 a 14 anos – 1971/1985.

Taxa de Escolarização										
1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1978	1980	1985
79,85	86,3	93,9	79,2	–	92,1	91,8	89,8	88,3	84,7	78,02

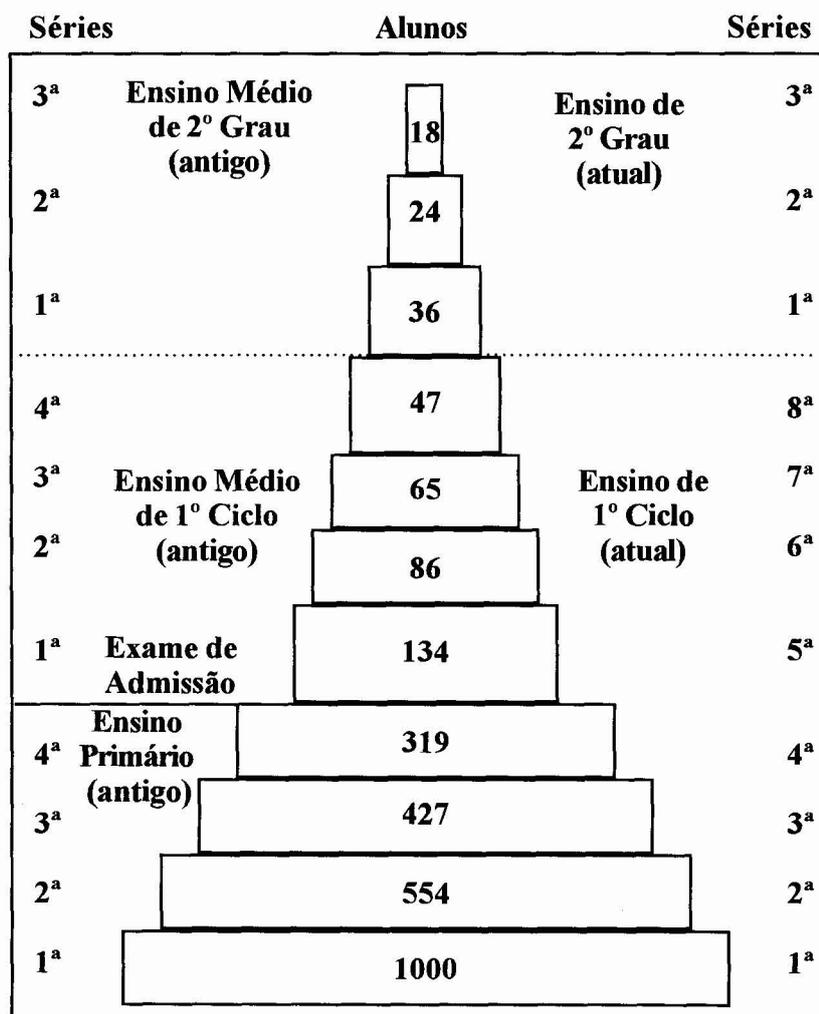
Fonte: SEC/DIRP/GEINF

É bom atentar para o fato de que as novas medidas repercutiram favoravelmente na expansão quantitativa da matrícula logo no início, dadas as condições da demanda reprimida do sistema, que se apresentava altamente seletivo. Através dos gráficos 01 e 02, esse efeito é visualmente constatável. Em 1966, período anterior à Reforma, a pirâmide do ensino catarinense apresentava-se bastante afunilada; em 1976, quando já estava em vigor o novo sistema de avaliação, a pirâmide, consideravelmente mais achatada, indicava o aumento no número de ingressantes e de concluintes no ensino de 1º grau.

Os bons resultados obtidos de imediato foram creditados, forçosamente, à promoção automática, estabelecida por lei para garantir uma maior absorção de demanda, sem as perdas de vagas acarretadas com a retenção.

Em números, a educação catarinense teve a matrícula de 7 a 14 anos ampliada de 538.431 em 1970, para 623.724 em 1985. No entanto, o quadro comparativo do atendimento da matrícula, em relação à demanda escolar, revela que a escolarização em Santa Catarina sofreu considerável diminuição na sua série histórica 1970/1985. Basta observar que nestes anos, enquanto a população geral cresceu em 25%, a matrícula do ensino de 1º grau cresceu apenas 13%. Se a expansão do sistema escolar não acompanhou o aumento vegetativo da população, a tendência é tornar crescente também o analfabetismo. No início dos anos 70, Santa Catarina apresentava, frente aos demais Estados da Federação, o menor índice de analfabetismo e uma das mais elevadas taxas de escolarização. Mais recentemente, a sua posição mudou e hoje aproxima-se de alguns Estados nordestinos, cujas taxas de escolarização são historicamente baixas.

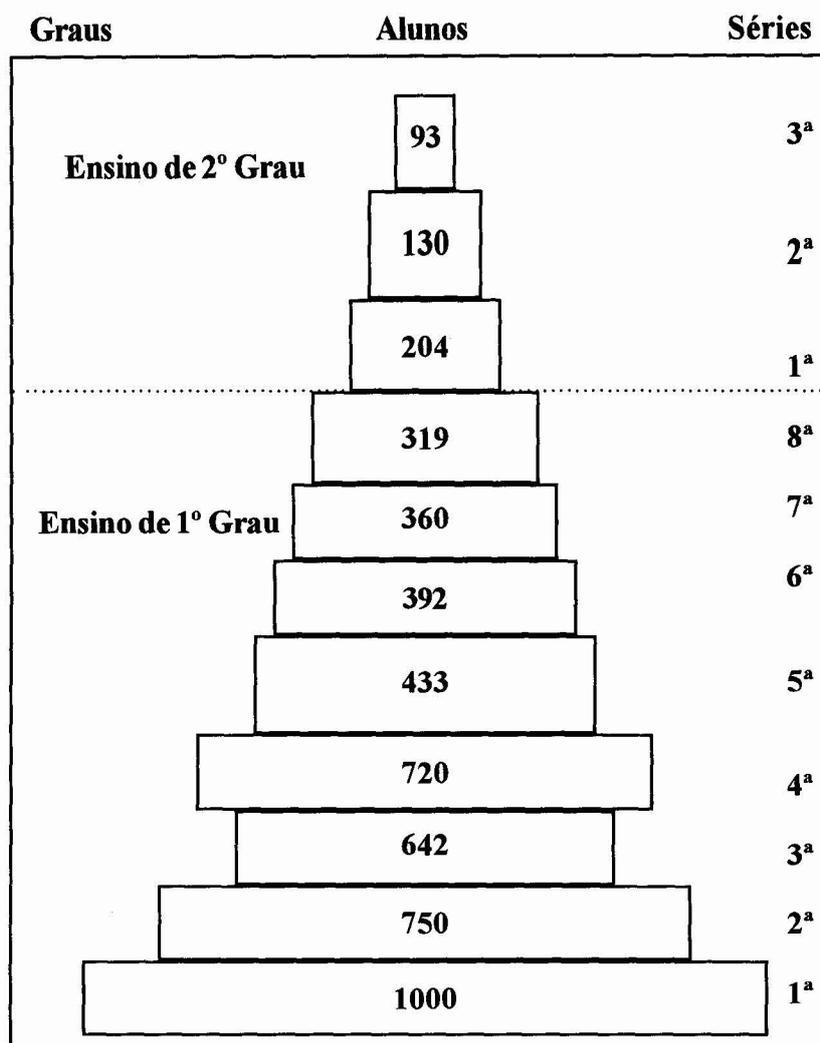
Gráfico 01
 Santa Catarina Ensino de 1º e 2º Graus
 Pirâmide do Ensino – 1966



Nº Relativo: 1.000
 Nº Absoluto: 173.000

Fonte: FIORI, Neide Almeida et alii. *Acesso ao ensino superior*; articulação entre ensino superior e ensino de 2º grau. Florianópolis, UFSC/INEP, 1980, p. 118.

Gráfico 02
Santa Catarina Ensino de 1º e 2º Graus
Pirâmide do Ensino – 1976



Nº Relativo: 1.000
 Nº Absoluto: 173.000

Fonte: FIORI, Neide Almeida et alii. **Acesso ao ensino superior**; articulação entre ensino superior e ensino de 2º grau. Florianópolis, UFSC/INEP; 1980, p. 120.

Sistema de avanços progressivos: a política educacional... • 37

Em 1980, do total da população na faixa de escolaridade obrigatória (722.334) 17,01%, ou seja, 123.311 crianças eram analfabetas. Situavam-se entre estas inclusive crianças que freqüentavam a escola (Cf. IBGE, 1982:82).

Comparando dados de matrícula e população, verificamos que, no ano de 1970, para cada 1.000 habitantes, havia no ensino de 1º grau, 210 alunos matriculados. Em 1985, esta relação diminuiu para 174 alunos por 1.000 habitantes.

Santa Catarina

Ensino de 1º grau

Relação entre população total e matrícula total nos anos 1970/1985

Anos	População total	Matrícula total	Relação por 1000/hab
1970	2.901.734	610.891	210
1980	3.627.933	689.514	190
1985	4.015.358	701.038	174

Fonte: SEC/DIRP/GEINF

De outra parte, apesar do forte argumento de implantar o avanço progressivo para acabar com a evasão e a repetência, a realidade escolar dos anos 80 demonstrou a persistência destes problemas no interior da escola, quando grande parte das crianças abandonavam a sala de aula logo nas primeiras séries. Segundo os dados estatísticos no ano da Reforma (1969), havia para um total de 188.882 alunos ingressantes na 1ª série, 13.413 evadidos. Dez anos após, a matrícula no 1º ano escolar diminuiu para 154.774 e o número de alunos que se evadiram aumentou para 14.681. Nos anos seguintes, a matrícula nesta série continuou diminuindo, chegando em 1985 a 123.970 alunos.

Do total de 156.153 alunos ingressantes na 1ª série, em 1978, apenas 32,9% matricularam-se na 8ª série em 1985.

Santa Catarina

Ensino de 1º grau

Retenção (%) de alunos por série na coorte 1978/1985

Ano \ Série	1ª/2ª	2ª/3ª	3ª/4ª	4ª/5ª	5ª/6ª	6ª/7ª	7ª/8ª
1978/1985	75,3	65,6	60,7	40,5	36,05	32,1	32,9

Fonte: SEC/DIRP/GEINF

38 • Zenir Maria Koch

Precisando melhor esta situação, verificamos que a perda de alunos ocorre logo na passagem da 1ª para a 2ª série (24,7%), mas há também uma grande subtração de alunos nas séries subsequentes.

Em síntese, pode-se reafirmar que, embora o discurso oficial tenha focado no anos 70 a importância de se estender o ensino fundamental a toda a população, adotando-se inclusive medidas políticas para isso, a realidade educacional catarinense não sofreu alterações significativas; os estrangulamentos continuaram existindo.

Esta constatação revela um grande distanciamento entre os resultados pretendidos com o Sistema de Avaliação por Avanços Progressivos e os efetivamente observados. Ficou manifesta a ineficiência desta medida política, enquanto medida em prol da democratização escolar e nem poderia ter sido diferente, uma vez que pretendiam manter-se dentro da escola.

Eliminar a reprovação pode ser uma forma de garantir a permanência, se forem garantidas as condições de aprendizagem aos alunos.

A realidade observada na escola

Na pesquisa de campo que desenvolvemos⁵, ficou evidente o baixo nível da qualidade do ensino fundamental. Nas primeiras séries, era elevado o número de crianças fracassadas. Mais de 50% se evadiam e outras tantas não conseguiram se alfabetizar nos oito anos de passagem pela escola. Por isso, a maioria concluía o Ensino de 1º Grau sem os conhecimentos básicos necessários ao prosseguimento dos estudos e ao enfrentamento da vida e do trabalho.

Esta situação põe em evidência o problema mais grave e persistente do sistema educacional catarinense, o fracasso escolar, que foi camuflado no período de vigência do Sistema de Avanços Progressivos.

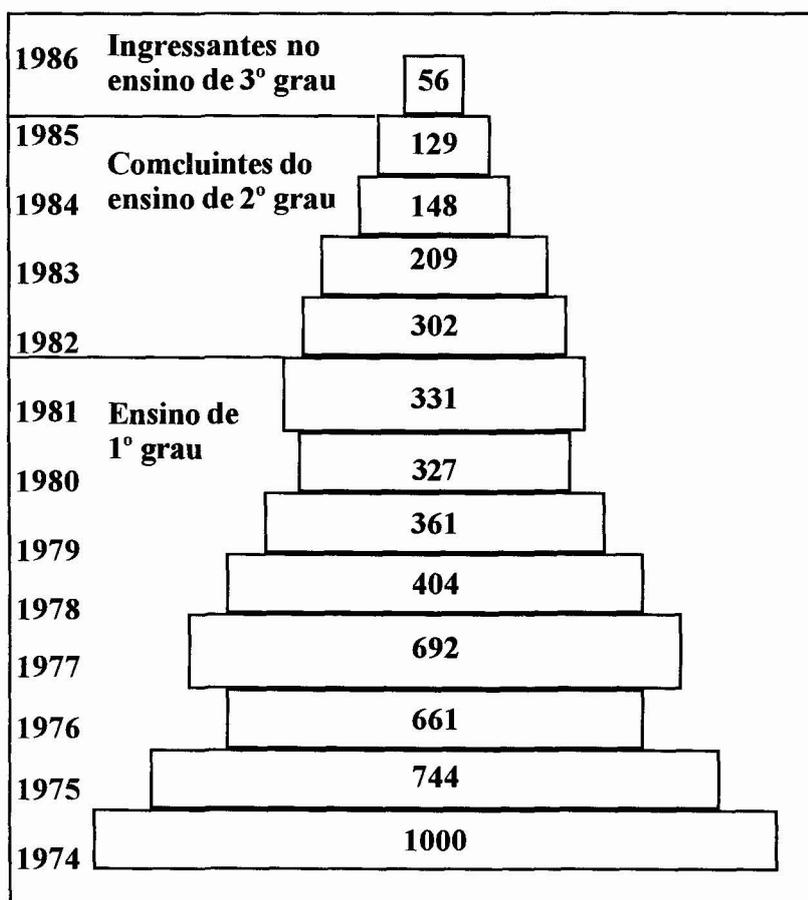
Muitos alunos do Ensino de 1º Grau foram empurrados até as classes de recuperação (nas 4ªs e 8ªs séries) sem serem ao menos alfabetizados. Vê-se, pelo Gráfico 03, que o número de matriculados é maior nestas séries, em relação à série imediatamente anterior.

Como prática pedagógica a ser adotada, o PEE 1969/1980 recomendava que a recuperação das áreas de aprendizagem deveria ser feita regularmente e, de preferência, no decorrer do próprio ano letivo, e que só em caráter especial deveria ser a recuperação realizada após o 4º e o 8º anos de escolaridade⁶. Ocorre que estas determinações não

puderam ser cumpridas, por total falta de condições estruturais e de apoio técnico-pedagógico às escolas.

Gráfico 03
Santa Catarina Ensino de 1º e 2º Graus
Pirâmide do Ensino de 1º e 2º graus
Matrícula por série e concluintes – 1974/86

Anos



Obs: Nº relativo 1000 = 10 CM Escala 1/75

Fonte: SEC/DIRP/GEINF

40 • Zenir Maria Koch

A realidade por nós observada na escola foi que parte dos alunos promovidos não dominavam os conteúdos básicos da leitura, interpretação, escrita e redação, não sabiam as quatro operações fundamentais da matemática e não dispunham de habilidades e experiências que atestassem um bom desempenho escolar. Em todas as séries foi constatada a existência de alunos não alfabetizados e semi-alfabetizados.

De um modo geral, os alunos demonstraram lenta aprendizagem em todas as disciplinas, sendo que as dificuldades maiores estavam em assimilar os conteúdos de linguagem e de matemática. O baixo nível de aprendizagem foi apontado, principalmente, nas primeiras séries, mas os professores consideram que ele repercute sensivelmente nas séries finais.

Já os dados de avaliação do rendimento escolar, coletados diretamente nas secretarias das escolas integrantes da pesquisa, não retratavam a real situação. As notas apresentadas na ficha cumulativa dos alunos eram indicadoras de um bom rendimento escolar, o que não conferia com a realidade apontada, tanto pelos professores, quanto pelos pais dos alunos pesquisados⁷.

Questionados sobre a disparidade existente entre as notas atribuídas na avaliação do rendimento do aluno e o fracasso escolar existente, fomos informados na escola que, em função do SAP, não podiam reprovar. Os professores eram obrigados a dar boas notas, porque o aluno era automaticamente aprovado, independente do seu desempenho escolar. Com isso, garantia-se, na prática, o que previa a política do avanço progressivo: a eficiência da escola media-se pela sua capacidade em abarcar maior número de alunos, não pela qualidade do seu ensino.

Ainda no que tange à qualidade do ensino oferecido, a opinião dos pais e alunos e dos professores catarinenses reforçava a idéia de que a escola não conseguia dar instrução e formação sequer razoáveis àquelas que nela permaneciam por um longo período. Do ponto de vista dos professores, a seguinte reflexão é lapidar:

“Com o SAP, a criança leva muito tempo para aprender muito pouco. Isso provoca desânimo nos pais. Há alguns anos, quando a criança saía da escola, na 4ª série, ela sabia ler e escrever corretamente e fazia todos os cálculos matemáticos necessários à família. Hoje isso não acontece. Se a criança não está aprendendo nada, ela está perdendo tempo na escola” (Cf. Oliveira, 1984:77).

Sistema de avanços progressivos: a política educacional... • 41

No entendimento dos pais por nós entrevistados (Cf. Santa Catarina, 1986), a qualidade do ensino estava ruim e, por isso, não garante a profissão para ninguém. Para eles, o avanço progressivo foi o responsável pelo fracasso da escola. E as suas críticas eram feitas com base no ensino de seu tempo:

“antigamente, para passar de ano o aluno tinha que ser bom; hoje, é uma facilidade, passam sem fazer muitas provas e com pouco tempo de aula”;

“quem tira a 8ª série de hoje equivale ao 2º ano primário de antigamente”;

“antigamente se aprendia mais, hoje as crianças não sabem nem escrever corretamente”;

“a filha não sabe nem dividir, antigamente se aprendia muito mais a matemática”;

“quando é feito um concurso, o que exigem é a matemática antiga e não a que ensinam hoje”;

“hoje não se ensina mais para as crianças, principalmente comportamento e respeito pelas pessoas mais velhas”;

“antigamente o ensino exigia muito mais do aluno, bem como os professores tinham melhor formação do que os atuais; os professores, hoje, não se preocupam pelo andamento e aprendizagem dos alunos”.

Com a utilização da promoção automática, o avanço progressivo passou a ser visto por professores e pais de alunos como medida facilitadora da passagem da criança pela escola. Já que as crianças passavam de ano, mesmo sem ter o conhecimento necessário, a conclusão a que eles chegaram era de que o ensino havia perdido a sua seriedade e caído no descrédito. Por isso, queriam mudanças no método de ensino e a extinção da promoção automática⁸.

Para os professores, o avanço progressivo foi o responsável direto pela queda da qualidade de ensino, e a acusação mais dura recaiu sobre o sistema de avaliação, por viabilizar a ampliação do ensino através da promoção facilitada.

A avaliação por avanços progressivos, centrada no aluno, característica da pedagogia diferencial da escola nova e das teorias da apren-

42 • Zenir Maria Koch

dizagem calcadas no tecnicismo, sob a aparente promoção de todos, serviu para dissimular o fracasso escolar existente. A implantação do Sistema de Avanços Progressivos, transformado em promoção automática, na prática, acabou se tornando um instrumento banalizador do conteúdo escolar, prejudicando, sensivelmente, a qualidade do ensino⁹.

Em vista dessa situação, em 1985, os professores e a comunidade reivindicaram mudanças no sistema de avaliação. Com a derrubada dos avanços progressivos, a avaliação tornou-se objeto de discussão na escola, no sentido de encontrar uma nova alternativa. As propostas surgidas das escolas, entretanto, nada avançaram em relação à prática convencional de avaliar, adotada antes da reforma que introduziu o Sistema de Avanços Progressivos. Alguns mecanismos da legislação vigente foram mantidos, como o conselho de classe, a recuperação e a atribuição de notas. A polêmica esteve em torno da volta dos critérios de aprovação e reprovação do aluno.

Em síntese, a dificuldade em aprofundar a reflexão sobre o processo avaliativo no interior da escola pode ser atribuída à visão limitada dos educadores, quase sempre revelada de forma difusa e desarticulada de uma concepção de educação e de sociedade, ficando a avaliação circunscrita à imediatividade do problema e reduzida ao nível da sua prática. Esta situação, em Santa Catarina, exigiu do movimento dos professores a realização de estudos e debates sobre a avaliação. Isso demonstra que, se a escola tiver a capacidade de se organizar e obter a autonomia necessária, abrem-se possibilidades às experiências e inovações pedagógicas como estratégia democrática de se opor às propostas oficiais, dirigidas de cima para baixo.

Democratizar a educação implica, certamente, enfrentar o desafio da escola pública. No entanto, encaminhar soluções coerentes com este desafio no interior de um Estado que, embora assuma um discurso progressista, é estruturalmente autoritário, não é tarefa simples. Mesmo onde se efetiva a gestão da educação escolar democrática, “a escola ainda tem se constituído num espaço de ressonância das decisões dos altos escalões técnico-administrativos governamentais” (Auras, 1991).

Os educadores, acostumados à prática da imposição autoritária dos governantes, não acreditam na possibilidade de que estes levem adiante a democratização escolar. A possibilidade estaria na sua participação para definir os rumos da política educacional, numa demonstração clara de que.

Sistema de avanços progressivos: a política educacional... • 43

hoje, não aceitam mais a estratégia governamental do planejamento de gabinete. Um exemplo do equívoco de uma política educacional sem a participação popular foi a implantação da política do Sistema de Avanços Progressivos – definida por comissão de técnicos considerados de “alto nível”, no escalão governamental, e iniciada em pleno vigor do regime militar autoritário. Este sistema foi derrubado pela força de organização dos educadores, que por quinze anos o rejeitaram, com o apoio popular¹⁰.

É, portanto, através da participação organizada dos movimentos sociais, com o envolvimento dos responsáveis pela resolução dos problemas educacionais, que se poderá caminhar em direção a uma escola verdadeiramente democrática.

“E se quisermos que a escola não defínhe e murche, precisamos urgentemente enxertá-la na árvore vigorosa e florescente dos movimentos sociais” (Arroyo, 1987:15).

Notas

1. A reforma do ensino que instituiu o Sistema de Avaliação por Avanços Progressivos – SAP foi regulamentada através do Decreto nº 8.282, de 31.12.69.
2. No Estado de São Paulo, em 1984, durante o Governo Franco Montoro, foi implantado, na rede oficial de ensino, um ciclo básico contínuo, eliminando a possibilidade de reprovação. Posteriormente, na administração da Prefeita Luiza Erundina – 1989 / 92, foram implantados três ciclos contínuos de 1ª à 3ª série, de 4ª à 6ª e de 7ª à 8ª na rede escolar municipal, prevendo duas oportunidades de reprovação nos oito anos de escolaridade. A promoção automática, também, faz parte da proposta do CIEPS desenvolvida pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro.
3. Ver análises desenvolvidas a respeito por: Auras (1991), Amorim (1984), Dutra et alii (1984), Fiori et alii (1980) e Oliveira (1984).
4. A Lei nº 6.744/85 extinguiu o Sistema de Avanços Progressivos.
5. Refere-se à pesquisa *Situação do Ensino de 1º Grau na Zona Urbano-Periférica de Santa Catarina*, que realizamos nos anos

44 • Zenir Maria Koch

de 1982 a 1986, através do setor de pesquisa da Secretaria de Educação do Estado.

6. No que concerne a essa problemática, convém ver, especialmente, os capítulos referentes à recuperação de estudos e às condições de trabalho do professor e do aluno e às exigências do SAP, in: Oliveira (1984:52-61, 82-100).
7. Cf. Depoimentos colhidos por ocasião das discussões sobre o rendimento escolar com os professores e durante entrevistas realizadas com os pais.
8. Informações que diagnosticam a baixa qualidade do ensino são encontradas também no Planejamento Participativo (1982), Santa Catarina (1984a) e Amorim, et alii (1985).
9. Sobre a influência do Sistema de Avaliação por Avanços Progressivos no ensino catarinense, consultar Dutra (1984).
10. Em outubro de 1984, no Congresso Estadual, em Lages, evento final do Processo de Democratização da Educação em Santa Catarina, os educadores, com a comunidade escolar, reivindicaram radicalmente a extinção do Sistema de Avaliação por Avanços Progressivos. Ver a respeito Amorim et alii (1985) e Santa Catarina (1984).

Referências bibliográficas

- AMORIM, Maria das Dores D. **Plano Estadual de Educação; concretização das orientações políticas**. Florianópolis, UFSC, 1984.
- AMORIM, Maria das Dores D. et alii. "A democratização da educação em Santa Catarina: Um outro estilo de diagnóstico". **Cadernos do CED**, UFSC, Florianópolis, (1/2):11-222, 1985.
- ARROYO, Miguel G. A escola e o movimento social: relativizando a escola. **Revista da ANDE**, São Paulo, 6 (12): 15-20, 1987.
- AURAS, Marli. **Poder oligárquico catarinense: da guerra aos "fanáticos" do Contestado à "opção pelos pequenos"**, São Paulo, PUC, 1991, (Tese de Doutorado).
- BARRETO, Elba Siqueira de Sá & ALVES, Maria Leila. Buscando a superação do fracasso escolar na rede estadual paulista. **Em Alberto**, Brasília, Ano 6, n. 33, jan./mar. 1987.

- CUNHA, Luiz Antonio e GOES, Moacyr. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.
- DUTRA, Alzira H. et alii. "O avanço progressivo; uma proposta pedagógica de avaliação do rendimento escolar distintiva da reorganização do ensino em Santa Catarina". **Cadernos do CED**, UFSC, Florianópolis, (1/2) 13-107, 1984.
- FIORI, Neide A. et alii. **O acesso ao ensino superior; articulação entre ensino superior e ensino de 2º grau**. Florianópolis, UFSC/INEP, 1980.
- FOLHA DE S. PAULO. "Erundina reduz déficit educacional". São Paulo, 1991.
- FOLHA DE S. PAULO. "Goldemberg critica métodos dos CIEPS". São Paulo, 15/12/92
- FOLHA DE S. PAULO. "70% dos alunos repetem de ano no 1º grau". São Paulo, 01.02.93.
- HADAD, Sérgio. **Educação de jovens e adultos trabalhadores**. Olinda, 1993. (Mimeo).
- IBGE. **Censo demográfico dados distritais Santa Catarina**. Rio de Janeiro, 1982.
- KOCH, Zenir Maria. **Uma leitura da questão do fracasso na escola pública catarinense**. Florianópolis, CED/UFSC, 1989 (Dissertação de Mestrado).
- OLIVEIRA, Osvanilde M.M. **A prática do avanço progressivo numa escola de 1º grau em Santa Catarina**. São Paulo, PUC, 1984 (Dissertação de Mestrado).
- PLANEJAMENTO Participativo. Florianópolis, SE/UFSC/ACAFE.
- SANTA CATARINA. Secretaria da Educação. **Democratização da educação; a opção dos catarinenses**. PEE 1985-1988. Florianópolis, 1984.
- _____. **Diagnóstico da realidade educacional de Santa Catarina**. Florianópolis, UNIP/SUPAV, 1984.
- _____. **Plano setorial de educação 1973/1976**. Florianópolis, 1975. (Vol. 1).
- _____. **Plano Estadual de Educação 1969/1980**. Florianópolis, 1969.
- _____. **Situação do ensino de 1º grau na zona urbano-periférica de Santa Catarina**. Florianópolis, UNIP/SUPAV, 1986 (Relatório de Pesquisa).
- _____. Lei nº 6.744/85 de 23.12.85. Decreto nº 8.828/69 de 31.12.69.